

Como uma Epidemia de Más Leis está a Obstruir a Resposta Global ao VIH

Transmissão do VIH: As leis que criminalizam a transmissão do VIH ou que penalizam a não divulgação do estatuto de portador do mesmo aumentam o estigma e desencorajam as pessoas a fazerem o teste ou a serem tratadas, por receio de processos judiciais.

- Mais de 60 países criminalizam especificamente a transmissão do VIH. Isto inclui o Canadá, 37 dos 50 Estados Unidos, 27 países em África, 13 na Ásia e no Pacífico, 11 na América Latina e 9 na Europa. Os países de rendimento elevado são líderes mundiais em termos de processos judiciais reais, ao abrigo dessas leis; mais de 600 seropositivos de 24 países foram condenados por tais crimes.
- Nas Bermudas, é um crime se um portador de VIH tiver qualquer contato sexual que possa transmitir fluídos corporais para outra pessoa.

Populações de maior risco: As leis e práticas que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de VIH tornam-as mais vulneráveis e afastam-as da redução de danos do VIH e dos serviços de saúde.

Trabalhadores do sexo

- Mais de 100 países criminalizam algum aspeto do trabalho do sexo. Cuba, China, Irão, Vietname, África do Sul e a maior parte dos Estados Unidos da América proíbem o trabalho sexual por completo. As leis em muitos países negam aos trabalhadores do sexo direitos civis fundamentais, aumentando a sua vulnerabilidade ao VIH.

Utilizadores de drogas injetáveis (UDIs)

- Os UDIs constituem cerca de 60% dos novos casos de VIH na Rússia. No entanto, os programas de tratamento da toxicod dependência não oferecem serviços relacionados com o VIH e o governo restringe os serviços de redução de danos.

Homens tendo relações sexuais com outros homens (HSH)

- 78 países criminalizam atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Nos países das Caraíbas, onde a homossexualidade é considerada um crime, quase 1 em cada 4 HSH é portador do VIH, comparadamente a 1 em cada 15 HSH em países onde não o é.

Mulheres e jovens: As leis e os costumes que marginalizam as mulheres prejudicam a sua capacidade de se protegerem contra o VIH. As políticas que negam o acesso dos jovens a serviços de saúde sexual e reprodutiva e de VIH contribuem para a disseminação do VIH.

Mulheres

- As práticas habituais em África, na América Latina, na Ásia e no Médio Oriente, tais como o casamento precoce e a mutilação genital aumentam o risco de exposição ao VIH.
- 127 países não possuem legislação que proíba a violação conjugal. Em Antígua e nas Bahamas, um marido que viole a sua esposa é apenas acusado de agressão sexual.

Jovens

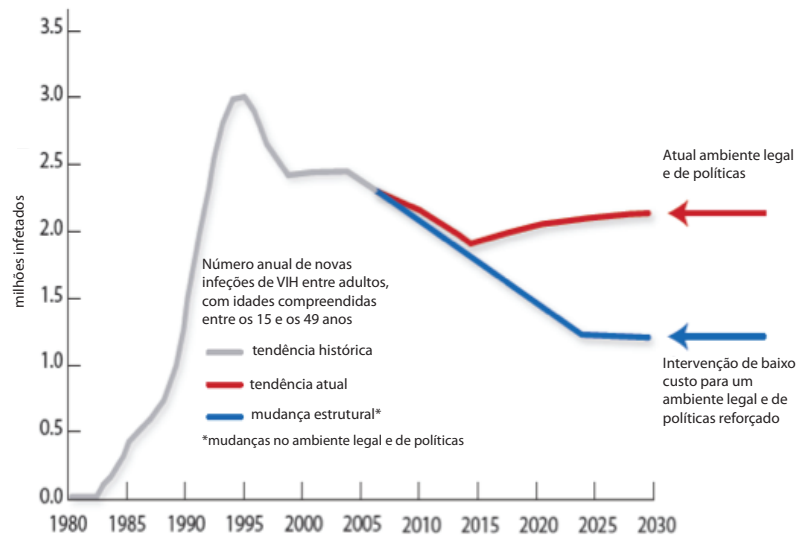
- As leis que exigem a autorização parental desencorajam os jovens a procurar serviços de saúde reprodutiva e de prevenção do VIH.
- Nos Estados Unidos da América, voluntariaram-se mais jovens para o teste de VIH uma vez removidos os requisitos de autorização parental.

Acesso ao tratamento do VIH: As excessivas proteções da propriedade intelectual que dificultam a produção de medicamentos a preços acessíveis, em particular de medicamentos antirretrovirais (ARVs) de segunda geração, estão a impedir o acesso ao tratamento.

- As flexibilidades do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (*TRIPS*, pelas suas siglas em inglês) estão a ser diluídos e isto está a contribuir para a lacuna de tratamento dos ARVs.
- Mesmo quando os países tentaram utilizar as flexibilidades existentes, eles enfrentaram represálias. Por exemplo, em 2007, quando a Tailândia emitiu uma licença obrigatória sobre um ART (terapia antirretroviral) da Abbott, a empresa anunciou que iria retirar vários pedidos de certificados, com vista a obter autorizações de comercialização de novos medicamentos, neste país.
- O número de Acordos de Comércio Livre com disposições de PI (Propriedade Intelectual) está a aumentar de forma constante e isto pode ter um impacto negativo no acesso ao tratamento.
- Leis de Anti-Contrafação demasiado amplas, que fundem medicamentos inferiores às normas com genéricos, são um impedimento à expansão do acesso a medicamentos de qualidade e a preços acessíveis.

Fazer Cumprir Más Leis Desperdiça os Escassos Investimentos Globais de Saúde

- As mudanças no ambiente legal e das políticas, juntamente com outras intervenções, poderiam vir a baixar as novas infeções do VIH em adultos, para uns estimados 1.2 milhões, até 2031, comparadamente aos 2.1 milhões, no caso de os atuais esforços continuarem sem estas mudanças estruturais mais abrangentes.
- Os recursos públicos são desperdiçados em fazer cumprir leis que criminalizam a transmissão do VIH e que desumanizam as populações de maior risco.
- Em contrapartida, as leis que protegem as populações de maior risco são poderosas ferramentas de baixo custo que ajudam a garantir que os investimentos financeiros e científicos para o VIH não são desperdiçados.
- Decretar leis baseadas em boas práticas de saúde pública e nos direitos humanos iria assegurar que novas ferramentas de prevenção e tratamento - tais como profilaxia pré-exposição (PrEP, pelas suas siglas em inglês), circuncisão masculina e microbicidas - chegariam àqueles que precisam delas.



As Leis e Práticas Baseadas em Provas e nos Direitos Humanos Poderiam Desenvolver Respostas Efetivas ao VIH

Criminalização da Transmissão do VIH

- Em 2011, a Dinamarca, reconhecendo que a terapia antiretroviral reduz significativamente o risco de transmissão e permite à maioria dos seropositivos viverem mais tempo, suspendeu uma lei que criminalizava a transmissão e exposição ao VIH.
- Em 2011, a Guiana e as Ilhas Fiji rejeitaram a criminalização da transmissão do VIH, encarando-a como uma má política de saúde.

Trabalhadores do sexo

- Políticas de educação e empoderamento dos trabalhadores do sexo poderão levar à diminuição do risco de infeção, entre os mesmos. Em Calcutá, na Índia, tais intervenções ajudaram a reduzir a prevalência do VIH entre trabalhadores do sexo, de 11% em 2001, para menos de 4% em 2004.
- Em 2012, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos do Quênia pediu a descriminalização do trabalho sexual.

Propriedade Intelectual e Acesso ao Tratamento

- Uma sentença, de 2012, do Supremo Tribunal do Quênia previne a implementação da Lei de Anti-Contrafação, de 2008, com base no facto de a mesma não fazer uma clara distinção entre medicamentos falsificados e genéricos e, portanto, poder prejudicar o acesso a genéricos e ao direito à saúde.
- Em 2010, o Equador emitiu uma licença obrigatória para LPV/RTV (ritonavir). Isto resultou numa redução de preços na ordem dos 70%.

Homens tendo relações sexuais com outros homens

- Em 2009, o Tribunal Supremo de Nova Déli removeu partes do seu código penal, que criminalizavam a homossexualidade.
- A Comissão de Planeamento Estratégico Nacional da Tunísia pediu recentemente a descriminalização das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, como parte do seu Plano Nacional do SIDA de 2012-2016.
- Em 2012, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos do Quênia pediu a descriminalização do trabalho sexual.
- Em 2012, a Presidente do Malawi, Joyce Banda, anunciou que tencionava descriminalizar a homossexualidade.

Utilizadores de drogas injetáveis

- Os países que tratam os utilizadores de drogas injetáveis como pacientes em vez de criminosos - incluindo a Nova Zelândia, a Alemanha, a Austrália, a Suíça e Portugal - possuem um maior acesso a serviços de VIH e taxas de transmissão do mesmo mais baixas, por entre os utilizadores de drogas injetáveis.
- Uma decisão, de 2011, do Tribunal Supremo do Canadá, observou que as pessoas que consomem drogas não devem ser forçadas a escolher entre a abstinência e a renúncia aos serviços de saúde.

Mulheres

- A Namíbia adoptou medidas para o combate à violação conjugal: a Lei do Combate à Violação, de 2000, impede o casamento de ser uma defesa para uma acusação de violação.
- Nos últimos três anos, 8000 comunidades de todo o mundo, incluindo de 15 países africanos, baniram a mutilação genital.

A Comissão Global sobre VIH e Lei (*Global Commission on HIV and the Law*, em inglês) é um órgão independente, convocado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em nome do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, pelas suas siglas em inglês). De forma a criar este relatório, a Comissão executou 18 meses de extensa pesquisa, consulta, análise e deliberação. A Comissão foi apoiada por um Grupo Técnico Consultivo, que reviu e analisou a saúde pública existente, assim como provas legais, e também comissionou a análise original. Foram convocados 7 diálogos regionais para a partilha e deliberação sobre evidência e experiência. Para mais informações, consultar o endereço www.hivlawcommission.org.